26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

XXVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXVI ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT 5 – Política e Economia da Informação

INFORMAÇÃO GOVERNAMENTAL, PÚBLICA E OFICIAL: UMA PROPOSTA DE SISTEMATIZAÇÃO CONCEITUAL

GOVERNMENT, PUBLIC, AND OFFICIAL INFORMATION: *A PROPOSAL FOR CONCEPTUAL SYSTEMATIZATION*

Catarina Felix dos Santos Soares – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
Gustavo Silva Saldanha – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Este artigo analisa os conceitos de “informação governamental”, “informação pública” e “informação oficial” no campo da Ciência da Informação, com o objetivo de compreender e de sistematizar suas definições, relações e aspectos conceituais. A pesquisa caracteriza-se como teórica e qualitativa, com foco conceitual, desenvolvida por meio de levantamento bibliográfico em bases de dados nacionais e internacionais da área, além da análise de documentos institucionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e da *International Federation of Library Associations and Institutions*. Parte-se da hipótese de que os conceitos não são equivalentes, embora apresentem relações de aproximação, interseção e sobreposição em suas definições e usos. Os resultados demonstram, tendo em vista a literatura consultada e problematizada, que a informação governamental constitui o conceito mais abrangente, relacionado à produção e gestão de informações pelo Estado; a informação pública associa-se ao regime de acesso, transparência e direito à informação; e a informação oficial vincula-se à legitimidade institucional, autoridade epistêmica e validação metodológica das informações produzidas por órgãos estatais. Como resultado final, propõe-se um ecossistema conceitual da informação governamental estruturado pelas dimensões de acesso, autoridade/proveniência e materialidade informacional.

Palavras-chave: Informação governamental; Informação oficial; informação pública; agência governamental; políticas de estado.

Abstract: This article analyzes the concepts of “government information,” “public information,” and “official information” within the field of Information Science, aiming to understand and systematize their definitions, relationships, and conceptual characteristics. The research is theoretical and qualitative in nature, with a conceptual focus, and was conducted through a bibliographic review of national and international databases in the field,

as well as an analysis of institutional documents from the Brazilian Institute of Geography and Statistics and the International Federation of Library Associations and Institutions. The study is based on the hypothesis that these concepts are not equivalent, although they exhibit relationships of proximity, intersection, and overlap in their definitions and uses. The results demonstrate, in light of the literature reviewed and critically examined, that government information constitutes the broadest concept, encompassing the production and management of information by the State; public information is associated with access regimes, transparency, and the right to information; and official information is linked to institutional legitimacy, epistemic authority, and the methodological validation of information produced by governmental bodies. As a final outcome, the study proposes a conceptual ecosystem of government information structured around the dimensions of access, authority/provenance, and informational materiality.

Keywords: Government information; official information; public information; government agencie; state policies.

1 INTRODUÇÃO

A importância do conceito de “informação” operacionalizado como ferramenta na constituição e no funcionamento do Estado contemporâneo tem impulsionado, no campo da Ciência da Informação, o desenvolvimento de estudos voltados à compreensão de suas diferentes dimensões, como os casos de informação governamental e de suas múltiplas acepções. Na centralidade da reflexão informacional sobre política, tais conceitos remontam a produção histórica do campo, vinculados à produção de documentos estatais e sua rede de termos. Esses estudos têm papel concreto na compreensão e na formulação de políticas de Estado e políticas de governo, aqui definidas e discutidas, bem como governanças institucionais onde a informação como um operador de relações (González de Gómez, 1995a) atua ao mesmo tempo como construto intelectual, método e técnica. No entanto, apesar da relevância estratégico-política do conceito, observa-se uma significativa dispersão semântica na literatura, especialmente no uso dos termos “informação governamental”, “informação pública” e “informação oficial”, frequentemente mobilizados de forma indistinta, sem manifestação de definição terminológica registrada nas esferas internacional e nacional.

A motivação científica para a delimitação desses conceitos surge das discussões que estão sendo desenvolvidas acerca do conceito de informação oficial no âmbito do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou seja, parte de uma estratégia de política de informação como política de Estado no e para o Brasil. A consolidação da definição, a partir da problematização dos conceitos, busca, no plano aplicado, padronizar os aspectos

necessárias para a interoperabilidade de documentos resultantes dos levantamentos estatísticos, geocientíficos e dos registros administrativos oficiais, ampliando os potenciais de relação, uso e reuso das fontes de informações produzidas pelo Estado (IBGE, 2023) através do sentido. Nos termos de Maria Nélida González de Gómez (1995b), o horizonte construído pelas ações de informação coloca “a produção do sentido” no centro da política. Por isso, delimitar e estabilizar definições é um processo estrutural para construção de coerência semântica entre diferentes produtores de dados e informações, tendo efetivo impacto na compreensão, na formulação e na implementação de políticas públicas e da governança informacional institucional.

Diante desse cenário, este artigo propõe como objetivo de pesquisa compreender e sistematizar os conceitos “informação governamental”, “informação pública” e “informação oficial”, com vistas à sistematização e à explicitação de suas relações e características. Parte-se, conforme aprofundado na descrição metodológica da investigação, de pesquisa de natureza qualitativa desenvolvida através de levantamento bibliográfico e documental para compreensão dos conceitos e de seus usos em fontes referenciais, na literatura informacional e em documentos de governança institucional da informação.

A hipótese da pesquisa entende que esses conceitos não são equivalentes, mas correspondem a diferentes dimensões analíticas da informação governamental, ganhando ora uma característica contígua, ora verossimilhante, ora identitária. Apesar de amplamente utilizados na literatura em Ciência da Informação e da profundidade que os conceitos “informação governamental”, “informação pública” e “informação oficial” documentam nas fontes que adotam as noções para os contextos de macro e de micropolíticas, não identifica-se quadro de demarcação semântica dos termos no campo informacional.

Tendo em vista essa condição, a emergência da justificativa desta pesquisa surge exatamente da procura pelas aproximações e distanciamentos do uso dos termos, indo de sua fundamentação conceitual ao papel de tais conceitos na formulação de políticas públicas. O horizonte crítico-político de tal justificativa se ancora na relevância desse quadro de conceitualidades em um cenário geopolítico marcado pela luta do Estado pela regulamentação dos fluxos discursivos em meio digital para integridade da informação, pela desinformação propagada em meio digital e pelo negacionismo científico. Em última instância, a reflexão permite compreender, pela via da sistematização conceitual realizada, o papel de

tais conceitos na construção de uma noção de verdade vinculada à informação elaborada e publicizada pelo Estado e para a cidadania, ou seja, para a construção do uso e do reuso pela população brasileira de políticas públicas formalmente constituídas e efetivamente aplicadas. Esse passo indica, no papel da representação política do Estado o lugar epistêmico e praxiológico dos conceitos e da forma de metarrepresentação política através de sistemas de organização do conhecimento.

2 REFERENCIAL TEÓRICO: SOBRE PENSAR AS POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO A PARTIR DAS POLÍTICAS DE ESTADO E SUA REDE CONCEITUAL

A reflexão proposta por González de Gómez (1994; 2002) sobre as possibilidades de apropriações dos conceitos de "informação", desloca o foco da informação como conhecimento abstrato para seus usos sociais, enfatizando as práticas e redes nas quais ela se realiza e é validada. Nessa perspectiva, a informação é compreendida a partir das finalidades que orientam sua organização e disponibilização, considerando aspectos como "por quem é criada", "para quem é dirigida" e "para o quê ela é utilizada", bem como um conceito-ferramenta que permite a constituição de relações entre pessoas, objetos e comunidades. Essa abordagem evidencia o caráter situado e relacional da informação, destacando sua inserção em contextos sociais e institucionais específicos (González de Gómez, 1994; Fernandes; Saldanha, 2012).

A abordagem dialoga com as análises sobre a relação entre Estado e informação, nas quais a informação não é compreendida apenas como produto da ação estatal, mas como elemento estruturante do próprio Estado Moderno. Nesse sentido, o Estado organiza-se a partir da concentração de diferentes formas de capital, entre elas o capital informacional, mobilizado na representação, administração e legitimação das ações governamentais (Fonseca, 2017; Gugliotta; González de Gómez; Malin, 2006).

No plano histórico, a pesquisa se fundamenta na larga tradição de relação entre informação e política da Ciência da Informação. Os conceitos aqui sistematizados remontam compreensão otletiana dos documentos oriundos de governos e suas políticas públicas como instrumentos de registro, circulação do conhecimento, coordenação administrativa e articulação internacional entre os Estados, incluindo as publicações oficiais, a documentação administrativa e o papel dos documentos nas estruturas governamentais. Paul Otlet deslocava

já, no início do século XX, a compreensão da informação, via as metaestruturas bibliográficas e o conceito de documento, como ferramentas materializadas para uma perspectiva científica e política, na qual os sistemas documentários passam a ser concebidos como instrumentos fundamentais para o desenvolvimento socioeconômico de cada Estado, através da organização do conhecimento, do desenvolvimento científico e da cooperação internacional (Otlet, 1919).

Na contemporaneidade, torna-se importante compreender a política de informação e comunicação como ferramenta de poder do Estado. A formulação e a implementação de políticas constituem exercícios de poder (Bobbio, 1998), na medida em que o poder transformacional orientado à informação se torna estratégico para definir seus horizontes de atuação (Braman, 2004). A definição desses horizontes contribui para compreender a existência de diferentes desenhos institucionais e torna relevante a distinção entre políticas de Estado e políticas de governo.

Nesse sentido, é importante distinguir os conceitos de Estado e Governo. O Estado compreende o conjunto de instituições permanentes que possibilitam a ação governamental e o governo, por sua vez, corresponde a ações propostas por diferentes atores para a sociedade, expressando a orientação política de uma determinada gestão, que assume e desempenha funções de Estado por período determinado. As políticas públicas são, nesse sentido, compreendidas como a implementação, pelo Estado, de um projeto de governo (Hofling, 2001).

As políticas de governo apresentam, em geral, caráter transitório e encontram-se associadas às prioridades de uma determinada gestão, estando também sujeitas às disputas partidárias e às mudanças decorrentes dos ciclos eleitorais. As políticas de Estado, por sua vez, caracterizam-se por maior estabilidade institucional e por sua vinculação a princípios, direitos, deveres e objetivos de caráter mais permanente, frequentemente assegurados constitucional ou legalmente, apresentando-se como referências que ultrapassam os interesses circunstanciais de uma determinada administração (Bitencourt; Reck, 2021).

O Estado, conforme Bobbio (2007, p. 15), responde por “qualquer sociedade organizada onde existe uma esfera pública” e é, por sua vez, caracterizado por relações entre os governantes e os governados. Neste sentido,

> A vida de um Estado moderno, no qual a sociedade civil é constituída por grupos organizados cada vez mais fortes, está atravessada por conflitos grupais que se

> renovam continuamente, diante dos quais o Estado, como conjunto de organismos de decisão (parlamento e governo) e de execução (o aparato burocrático), desenvolve a função de mediador e de garante mais do que a de detentor do poder de império segundo a representação clássica da soberania (Bobbio, 2007, p. 26)

Neste sentido, quando da dimensão do Estado no contexto dos regimes democráticos liberais, a totalidade do que se concebe enquanto tal – Estado em sentido maiúsculo -, é atravessada pelas ações políticas temporárias e mutantes dos posicionamentos de cada partido político e as condicionantes de sua temporalidade.

A concentração e a mobilização de recursos informacionais nesses contextos participam, da configuração de regimes de informação, compreendidos como arranjos nos quais diferentes atores, práticas, recursos, dispositivos e relações de poder articulam-se em torno da produção, circulação, organização, acesso e uso da informação (González de Gómez, 2012). Essa perspectiva permite deslocar a análise da informação a partir das suas relações institucionais, políticas e sociais.

A discussão apresentada permite compreender a informação governamental, pública e oficial como fenômenos constituídos histórica e institucionalmente, cuja definição está relacionada às formas de atuação do Estado, às políticas públicas e aos regimes de informação nos quais se inserem. A sistematização desses conceitos constitui, portanto, etapa necessária para a análise proposta neste estudo, uma vez que fornece as bases teóricas para identificar como tais categorias são definidas, diferenciadas e mobilizadas em documentos e contextos institucionais. A partir desse referencial, apresentam-se, a seguir, os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento da pesquisa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo caracteriza-se como pesquisa de natureza qualitativa desenvolvida através de levantamento bibliográfico. O plano de fontes bibliográficas é oriundo do uso de bases de dados de periódicos científicos, teses e dissertações. A dimensão documental examinou a possibilidade de identificação dos conceitos em relatórios técnico-científicos de instituições como IFLA e IBGE.

A justificativa para a escolha das fontes de pesquisa foi definida a partir de uma estratégia exploratória. Inicialmente, o conceito de “informação oficial” foi identificado em relatórios técnico-científicos e discursos institucionais do IBGE. Posteriormente, foram realizados levantamentos bibliográficos em periódicos e bases de dados da Ciência da

Informação, nos quais se identificou a escassez de definições explícitas para o conceito, evidenciando sua difícil delimitação conceitual.

Visando ampliar o escopo analítico da investigação, o levantamento bibliográfico foi posteriormente expandido para bases de dados nacionais e internacionais a saber, Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), *ScienceDirect* e *Annual Review of Information Science and Technology*. A estratégia de busca foi estruturada a partir dos descritores "informação governamental", "informação pública", "informação oficial", e seus correspondentes em língua inglesa, *government information*, *official information* e *public information*, selecionados com base em sua recorrência internacional em Ciência da Informação. Dada a pluralidade de conceitos correlatos e verossimilhantes, via construções morfológicas vinculadas a termos como "documento", "publicação", "relatório", optou-se, para esse recorte, pelo uso dos trabalhos restritos aos conceitos vinculados ao termo "informação".

O processo de coleta de dados compreendeu a recuperação dos registros bibliográficos associados aos descritores, seguido da leitura exploratória e seletiva dos títulos, resumos e, quando pertinente, dos textos completos. Como critérios de inclusão, foram considerados os trabalhos que apresentam definições explícitas, discussões conceituais ou análises aplicadas relacionadas aos termos investigados. Foram excluídos os estudos que utilizam os termos de forma tangencial, sem aprofundamento teórico, definições e/ou demonstrações de sentido através do uso em seu contexto.

4 RESULTADOS

A partir dos critérios de levantamento bibliográfico, seleção e identificação dos conceitos "informação governamental", "informação pública" e "informação oficial", os resultados abaixo apontam para a complexidade semântica dos termos e seus potenciais fronteiras dentro das margens de pluralidade de sentidos.

4.1 INFORMAÇÃO GOVERNAMENTAL

A informação governamental pode ser compreendida, simultaneamente, como prática social e recurso estratégico do Estado. Trata-se de um recurso que articula dimensões sociais, institucionais e políticas, sendo produzido pelo Estado e apropriado pela sociedade em

diferentes contextos de uso. Nesse sentido, relaciona-se diretamente às funções de planejamento, gestão, tomada de decisão e prestação de contas no âmbito da administração pública (Jardim; Almeida, 2003; Malin, 2006; Shintaku; Souza, 2021).

Essa compreensão também pode ser observada em definições institucionais e internacionais, como aquelas desenvolvidas pela *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA) em relatório sobre o panorama da informação governamental e das bibliotecas. Nesse documento, a informação governamental é definida como toda informação produzida por uma organização reconhecida como órgão oficial e disponibilizada a um público mais amplo do que a própria instituição produtora. Essas informações correspondem aos conteúdos elaborados legalmente pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, em diferentes níveis de governo e financiados pelo Estado (IFLA, 2022).

Nessa perspectiva, via a IFLA (2022), a informação governamental é compreendida como um ecossistema complexo, constituído por documentos, relatórios, atos normativos, regulamentos, estatísticas, registros administrativos e outros recursos produzidos por instituições públicas. O acesso a essas informações constitui elemento fundamental para a transparência, a responsabilização governamental e a participação cidadã, reforçando sua relação com o direito à informação e com os princípios democráticos de acesso público.

4.2 INFORMAÇÃO PÚBLICA

O conceito de informação pública se ancora na perspectiva de regime de acesso. A informação pública pode ser entendida como um bem público, pertencente às instituições estatais, mas destinado ao uso coletivo da sociedade, podendo assumir diferentes formas e suportes (Batista, 2010). A informação pública inclui tanto aquela produzida pela administração pública quanto a sob sua custódia, desde que não esteja sujeita a restrições de sigilo (Guedes, 2014; Silva; Lara, 2018).

Aqui, o termo “público” apresenta múltiplas complexidades e pode ser interpretado sob diferentes enfoques: tanto como aquilo que pertence ao Estado, quanto como aquilo que se insere no espaço público da sociedade. Essa dualidade evidencia tensões entre transparência, privacidade e uso da informação, indicando que a informação pública não pode ser compreendida apenas como um dado disponível, mas como um elemento inserido em disputas sociais, políticas e econômicas (Araújo, 2003).

Além disso, o acesso à informação pública é reconhecido como um direito fundamental nas sociedades democráticas. No Brasil, a institucionalização desse direito, especialmente por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI) (Brasil, 2011), fortalece a transparência governamental e as possibilidades de acompanhamento, avaliação e fiscalização de sua atuação pela sociedade (Indolfo, 2013; Merlo; Bassi; Cruz, 2014).

4.3 INFORMAÇÃO OFICIAL

A "informação oficial" aproxima-se, do ponto de vista de seus usos na literatura, à produção do discurso institucionalmente legitimado e vinculado às políticas de Estado (IBGE, 2023; Ruokolainen; Widén; Eskola, 2023). No Brasil, o interesse do Estado por dados capazes de retratar a realidade social remonta ao século XIX, quando a produção de informações passa a ser compreendida como subsídio para decisões administrativas e políticas. Com o Censo Demográfico de 1872, observa-se um marco nesse processo, na medida em que o Estado passa a direcionar sua atenção a fenômenos que deixam de ser analisados apenas no âmbito da individualidade e passam a ser compreendidos sob uma perspectiva populacional (IBGE, 2003).

Essa relação entre Estado e informação torna-se mais evidente durante a Era Vargas, período marcado pela ampliação das estruturas administrativas e pela institucionalização de mecanismos de produção de informações. Nesse marco temporal e geopolítico, foram criadas instituições voltadas à produção, organização e disseminação de informações sobre a população e o território nacional, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1936), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (1937) e o Departamento Administrativo do Serviço Público (1938). Posteriormente, destacam-se a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (1951) e do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), originalmente Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), de 1954, no contexto de consolidação das políticas científicas e informacionais do Estado brasileiro (Gugliota; González de Gómez; Fonseca, 2017). Não coincidentemente, as primeiras traduções de Paul Otlet para o Brasil estão vinculadas às décadas 1930 e 1940, via o conceito de "documentação administrativa" e

da governança estatal e institucional-pública dos fluxos documentais (Brasil, 1964).

A informação oficial está associada à percepção de autoridade, legitimidade e confiabilidade, especialmente em ciclos de crises econômicas e políticas (como no caso das dimensões de desinformação e de negacionismo científico), nos quais determinadas fontes institucionais são reconhecidas como referências válidas de orientação pública. Nesse contexto, tende a representar uma "verdade oficial", construída institucionalmente e frequentemente apresentada de forma genérica e padronizada, nem sempre contemplando as experiências e perspectivas dos diferentes grupos sociais (Ruokolainen; Widén; Eskola, 2023).

Essa dimensão também se relaciona ao reconhecimento social de determinados saberes técnicos, científicos e administrativos como fontes legítimas de verdade e orientação pública. Sua autoridade decorre não apenas da vinculação ao Estado, mas também de processos de validação epistêmica que conferem maior legitimidade a determinadas instituições, especialistas e metodologias na produção de interpretações da realidade e no direcionamento de decisões políticas e sociais (Ruokolainen; Widén; Eskola, 2023).

Ao mesmo tempo, essa dinâmica evidencia tensões entre saberes institucionalizados e outras formas de conhecimento produzidas fora das estruturas oficiais. A definição do que é reconhecido como informação válida, confiável ou autorizada envolve disputas relacionadas à legitimidade, à autoridade científica e à capacidade de determinados grupos participarem da construção das narrativas oficiais. A informação oficial não corresponde apenas a um conjunto de dados produzidos pelo Estado, mas também a processos de seleção, validação e circulação de conhecimentos socialmente legitimados (Ruokolainen; Widén; Eskola, 2023).

Para o IBGE, a informação oficial corresponde a informações baseadas em levantamentos estatísticos, geocientíficos e registros administrativos produzidos regularmente por órgãos públicos, regidos por regulamentações específicas e divulgados conforme normas oficiais. Essas informações seguem padrões de conceitos, classificações, nomenclaturas e documentação, respeitando os Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais e os princípios de gestão da informação geoespacial. Além disso, destinam-se a retratar as condições econômicas, sociais, ambientais e territoriais do país, subsidiar a formulação e avaliação de políticas públicas e fortalecer a democracia e o exercício da cidadania (IBGE, 2023).

Por essas condicionantes, a informação oficial pode ser compreendida a partir de dimensões relacionadas à autoridade, confiabilidade, legitimidade, especialidade, veracidade e acesso, envolvendo tanto instituições oficiais quanto os processos sociais de circulação e apropriação da informação.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS DA PESQUISA

A partir do levantamento bibliográfico e documental realizado, observou-se que os conceitos de “informação governamental”, “informação pública” e “informação oficial” apresentam relações conceituais próximas, porém não equivalentes. Os resultados evidenciam que a literatura frequentemente utiliza esses termos de forma sobreposta, sem delimitação clara de suas especificidades conceituais, institucionais e funcionais.

A “informação governamental” consolida-se como o conceito mais abrangente, compreendendo o conjunto de informações produzidas, recebidas, organizadas ou disseminadas pelo Estado no exercício de suas funções administrativas, políticas e técnicas. Nesse ecossistema, a “informação pública” posiciona-se como conceito subordinado, orientado pela dimensão do acesso, da transparência e da publicidade, articulando-se diretamente aos princípios democráticos e ao direito à informação, reforçado no Brasil pela Lei de Acesso à Informação (Brasil, 2011). A “informação oficial”, por sua vez, vincula-se à autoridade institucional, à validação metodológica e à legitimidade técnica e social da informação produzida por órgãos estatais, incorporando atributos de confiabilidade, autenticidade e estabilidade institucional.

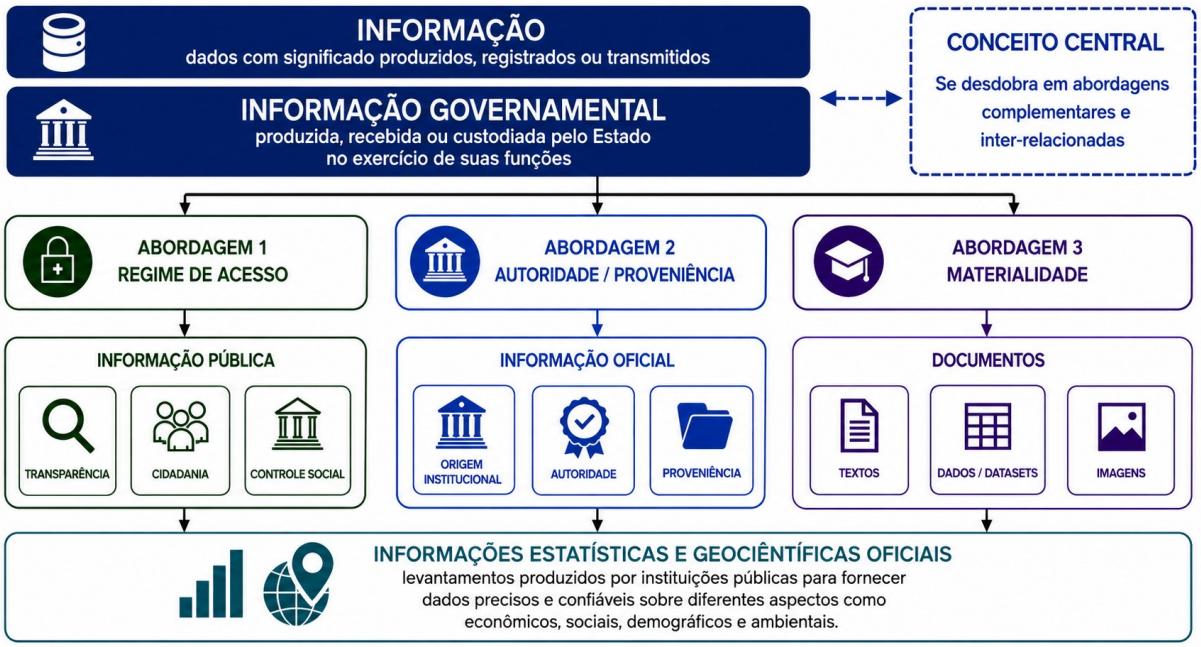
Dos conceitos analisados, “informação oficial” foi o que apresentou menor incidência de definições explícitas na literatura consultada, evidenciando tratar-se de uma noção de difícil delimitação conceitual, da pluralidade semântica e de usos. Observou-se que o termo é frequentemente adotado de forma operacional e contextual, especialmente em documentos institucionais, normativos e técnico-administrativos, associado à legitimidade institucional, à formalização estatal e à autoridade epistêmica de órgãos públicos e sistemas governamentais de informação.

O conceito de “informação oficial”, por sua vez, tende a qualificar informações produzidas, reconhecidas e validadas pelo Estado, particularmente em registros administrativos, estatísticas oficiais e sistemas públicos de informação, remontando a

construção do vocabulário otletiano (Otlet, 1934) para construções políticas através das relações documentais e documentárias do plano internacional às relações diplomáticas entre Estados, desde seu discurso para criação da Liga das Nações em 1919. Tal cenário contribui para a existência de sobreposições e aproximações conceituais com os conceitos de "informação pública" e "informação governamental".

No âmbito desse ecossistema informacional, são identificadas 3 (três) abordagens como formas de interpretação da estrutura classificatória do conceito de "informação governamental": regime de acesso relacionado à "informação pública"; autoridade / proveniência relacionada à informação oficial; e materialidade relacionada às formas pelas quais essa informação pode ser materializada, manifestando-se em textos, dados, imagens e outros recursos visuais de informação. A Figura 1 representa o ecossistema sistematizado proposto como resultado da pesquisa.

Figura 1 – Ecossistema da informação governamental e suas inter-relações



Fonte: Elaborado pelos autores com base em Jardim e Almeida (2003), Malin (2006), IFLA (2022), IBGE (2023), Ruokalainen, Widen e Eskola (2023), com representação gráfica aprimorada com auxílio do ChatGPT (Open AI, 2026).

Os conceitos que compõem o ecossistema não são equivalentes, mas correspondem a diferentes dimensões analíticas da informação produzida e mediada pelo Estado. Embora distintos, esses conceitos estabelecem entre si relações de aproximação, interseção e, em determinados contextos institucionais, equivalência conceitual. Tais conceitos podem assumir

características contíguas, ao compartilharem fronteiras e campos de aplicação comuns; verossimilhantes, quando empregados de forma semelhante em discursos institucionais, normativos ou científicos; e identitárias, nos casos em que coincidem funcional ou semanticamente. Nesse sentido, determinadas informações produzidas por instituições públicas, como as estatísticas e informações geocientíficas oficiais, podem ser simultaneamente compreendidas como informação governamental, pública e oficial, evidenciando a sobreposição conceitual existente.

O esquema resultante da sistematização e da problematização conceitual não resolve as dimensões da pluralidade semântica dos termos nem visa questionar usos contextuais para fins específicos no plano das relações internacionais bi ou multilaterais, nas dimensões de políticas de Estado e de governo, ou, ainda, nas formas de governança institucional da informação de distintos domínios com suas especificidades administrativas e terminológicas. Sua síntese, também, não intenciona formular uma fixação ou cristalização do sentido e dos usos de tais conceitos. O resultado do "Ecossistema da informação governamental e suas inter-relações", apresentando na Figura 1, contribui, entretanto, de um lado, para a reflexão das dimensões estratégicas no plano político que tais conceitos mobilizam em diferentes contextos, seja ontem, seja hoje, diante dos desafios das condicionantes da produção, da circulação e da utilização de dados e metadados em meio digital; por outro lado, o esquema apresenta-se como recurso intelectual dinâmico para reuso e para fundamento de construção de sistemas de organização do conhecimento para políticas públicas a partir do conhecimento gerado pelo Estado e sua necessária conversão em efetivo exercício de cidadania.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do *corpus* evidenciou que os conceitos investigados não se apresentam de forma unívoca ou estabilizada, mas configuram um constructo polissêmico, cujas definições variam conforme os enquadramentos disciplinares, institucionais e contextuais em que são mobilizados. Os resultados confirmam a hipótese da pesquisa ao demonstrar que "informação governamental", "informação pública" e "informação oficial" não constituem termos equivalentes, mas diferentes dimensões analíticas da informação produzida e mediada pelo Estado, apesar da tênue fronteira que ora os separa, ora os sobrepõe em seus sentidos e usos

na literatura. Embora inter-relacionados, esses conceitos apresentaram e apresentam historicamente especificidades conceituais, institucionais e funcionais próprias.

A análise classificatória proposta do ecossistema permitiu identificar três abordagens interpretativas da estrutura conceitual da informação governamental: o regime de acesso, relacionado à informação pública; a autoridade e proveniência, relacionada à informação oficial; e a materialidade, que diz respeito às formas de disponibilização dessas informações. Essas dimensões não são mutuamente exclusivas, mas se articulam em um ecossistema informacional no qual o Estado produz, organiza, gerencia e dissemina informações com finalidades de subsidiar políticas públicas, apoiar a tomada de decisão, assegurar a prestação de contas e promover o desenvolvimento social e econômico.

Os resultados também permitem estabelecer aproximações com os debates contemporâneos sobre o conceito de integridade da informação (Araújo, 2026), tema que tem adquirido crescente relevância no âmbito da governança informacional nacional e internacional. Tal debate aproxima-se das questões discutidas neste estudo ao mobilizar dimensões relacionadas à autoridade institucional das fontes, aos regimes de publicidade da informação e aos mecanismos de legitimação do conhecimento produzidos pelo Estado. Mais uma vez, da justificativa à hipótese da pesquisa, reforça-se a relevância política e social de compreensão dos conceitos aqui problematizados e emergência de sua sistematização.

A perspectiva aberta pela investigação contribui para compreender como diferentes formas de informação produzidas pelo Estado participam da constituição de referências factuais compartilhadas, importantes à preservação da integridade da informação e ao fortalecimento do debate público. Nesse sentido, a sistematização conceitual proposta pode oferecer subsídios para futuras investigações sobre as relações entre autoridade epistêmica e governança da informação, especialmente em contextos marcados pela desinformação, pela fragmentação dos fluxos comunicacionais em meio digital, pelo domínio do discurso internacional através de plataformas privadas de uso intensivo e pelos desafios contemporâneos à produção e circulação de informações de interesse público. Por fim, como ponto estrutural de reflexão e horizonte de investigação continuada, ressalta-se que discutir os conceitos “informação governamental”, “informação pública” e “informação oficial” é, no passado, no presente e no futuro, colocar em centralidade a responsabilidade do Estado na construção da verdade - ou, ainda, em outros termos, pensar o conceito de “informação”

como central para o desenvolvimento de regimes democráticos e suas políticas públicas para efetiva cidadania.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O conceito de integridade da informação no âmbito da Ciência da Informação. *In*: SALDANHA, Gustavo Silva (org.). **A Ciência da Informação documental no espaço Ibero-Americano:** abordagens contemporâneas e perspectivas. Brasília: Ibict, 2026. Disponível em: https://doi.org/10.22477/9788570132345.cap3 Acesso em: 5 jun. 2026.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga. Informação pública: paradoxos e desafios. **Informação & Informação,** Paraná, v. 5, n. 1-2, 2003. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1714 Acesso em: 27 abr. 2026.

BATISTA, Carmem Lúcia. As dimensões da informação pública: transparência, acesso e comunicação. **Transinformação**, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 225-231, set./dez. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/tinf/a/3z97zWGknVLKYgjbWf7ZmYP/abstract/?lang=pt Acesso em: 01 maio. 2026.

BRAMAN, S. Theemergent global information policy regime. *In*: Sandra Braman (Ed.). **The emergent global information policy regime**. Houndsmills, UK: Palgrave Macmillan, 2004. p. 12-37

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, 18 out. 2011.

BRASIL. **Diretrizes da documentação**. Rio de Janeiro: Dasp, 1964.

BITENCOURT, Caroline Müller; RECK, Janriê Rodrigues. Políticas públicas de Governo e de Estado - uma distinção pouco complexa: necessidade de diferenciação entre modelos decisórios, arranjos institucionais e objetivos de políticas públicas de Governo e Estado. **Revista de Direito Econômico e Socioambiental**, Curitiba, v. 12, n. 3, p. 631–667, 2021. Disponível em: https://periodicos.pucpr.br/direitoeconomico/article/view/28105 Acesso em: 7 set. 2026.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade**: para uma teoria geral da política. 14. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. [Verbete] Política. *In*: **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1998. 954 p.

FERNANDES, Geni Chaves; SALDANHA, Gustavo Silva. Contribuições de marteleto e gonzález de gómez ao entendimento do informacional: diálogos com três aportes da informação. **Ponto de Acesso**, Bahia, v. 6, n. 1, 2012. Disponível em: https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/63055 Acesso em: 01 maio 2026.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Além do Estado e do mercado: a busca de novos parâmetros de institucionalização da informação. (2015). **Revista Do Serviço Público,** Brasília, v. 45, n. 3, 1994, 143-151. Disponível em: https://doi.org/10.21874/rsp.v45i3.843 Acesso em: 27 maio 2026.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. A informação: dos estoques às redes. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 77-83, 1995a. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/279481506_A_informacao_dos_estoques_as_redes Acesso em: 27 maio 2026.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Informação: a partir de que perguntas, em direção a quais respostas? **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 19, n. 2, 1995b. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/rbbsb/article/view/46638 Acesso em: 27 maio 2026.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida. Regime de informação: a construção de um conceito. **Inf. & Soc.:** Est., João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 43-60, 2012. Disponível em: https://revistas.usp.br/pbcib/pt_BR/article/view/256018 Acesso em: 01 maio 2026.

GUEDES, Roger de Miranda. O profissional da informação frente à lei de acesso à informação pública: condutas possíveis. **BIBLOS:** Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Rio Grande do Sul, v. 28, n. 2, 2014. Disponível em: https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/23458 Acesso em: 27 abr. 2026.

GUGLIOTTA, Alexandre Carlo; GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélida; FONSECA, Vitor. Informação a serviço do estado burocrático. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017. **Anais** [...], Marília, 2017. Disponível em: https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/104416 Acesso em: 01 maio 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Metodologia do Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. (Série Relatórios Metodológicos, 25) Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv5295.pdf Acesso em: 01 maio 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Diálogos IBGE 90 anos:** 1936 - 2026: Grupo Temático 4: novo hub público informacional da nação constitutivo do ecossistema do soberano sistema nacional de estatísticas, geoinformações e dados. Mediação: Carlos Henrique Cabral Duarte; relatoria: Miriam Mattos da Silva Barbuda. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. (Documento interno)

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, Campinas, ano XXI, n. 55, p. 30-41, nov. 2001.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS - IFLA. **The government information landscape and libraries**. Kay Cassell, James Church e Kathryn Tallman (ed.). Haia: IFLA, 2022. (IFLA Professional Report, n. 137). Disponível em: https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/hq/publications/professional-report/137.pdf Acesso em: 27 abr. 2026.

INDOLFO, Ana Celeste. O acesso às informações públicas: retrocessos e avanços da legislação brasileira. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, 2013. Disponível em: https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/40973 Acesso em: 27 abr. 2026.

JARDIM, José Maria; ALMEIDA, Carlos Henrique Marcondes de Almeida. Políticas de informação governamental: a construção de governo eletrônico na administração federal do Brasil. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003. **Anais** [...], Belo Horizonte, 2003. Disponível em: https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/173255 Acesso em: 27 abr. 2026.

MALIN, Ana Maria Barcellos. Gestão da informação governamental: em direção a uma metodologia de avaliação. **DataGramaZero**, Rio Grande do Sul, v. 7, n. 5, 2006. Disponível em: https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/5957 Acesso em: 27 abr. 2026.

MERLO, Sandra; BASSI, Juliane dos Santos; CRUZ, Jorge Almeida Soares. Lei de acesso à informação pública: algumas considerações. **BIBLOS -** Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Rio Grande do Sul, v. 28, n. 3, 2014. Disponível em: https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/23749 Acesso em: 27 abr. 2026.

OPENAI. **ChatGPT.** São Francisco: OpenAI, 2026. Disponível em: https://chatgpt.com Acesso em: 12 jun. 2026.

OTLET, Paul. L'organisation des travaux scientifiques. In: ASSOCIATION FRANÇAISE POUR L'AVANCEMENT DES SCIENCES. CONFÉRENCES FAITES EN 1919-1921. **Proceedings** [...] Paris: Association Française pour L'Avancement des Sciences, 1919. p. 15-50.

RAUTENBERG, Sandra; BURDA; Alessandra Cassiana; SOUZA, Lucélia; DALL AGNOL, Josiane Michalak Hauagge; MICHELON, Gisane; HILD, Tony Alexander. Publicando dados na web de dados: um relato de experiência na automatização dos processos de extração, transformação e carga de dados abertos provenientes do portal dados.gov.br. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Minas Gerais, v. 10, n. 2, 2017. Disponível em: https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/58087 Acesso em: 27 abr. 2026.

RUOKOLAINEN, Hilda; WIDEN, Gunilla; ESKOLA, Eeva-L.iisa. How and why does official information become misinformation? A typology of official misinformation. **Lybrary & Information Science Reserach**, [*s.l.*], v. 45, n. 2, abr. 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.lisr.2023.101237 Acesso em: 27 abr. 2026.

SHINTAKU, Milton; SOUZA, Rosilene Paiva Marinho de. Vamos conversar sobre informação governamental?. **Ciência da Informação Express**, Minas Geris, v. 2, 2021. Disponível em: https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/220209 Acesso em: 27 abr. 2026.

SILVA, Andréa Gonçalves; LARA, Marilda Lara Lopes Ginez de. Legibilidade da legislação previdenciária no contexto da lei de acesso à informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Minas Gerais, v. 23, n. 1, 2018. Disponível em: https://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/33956 Acesso em: 27 abr. 2026.

FINANCIAMENTO

Agradecemos ao Conselho Nacional para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento desta pesquisa.